

Reed: ou País paga ou não terá crédito

Ailton C. Freitas 07.08.89

Ou o Governo brasileiro retoma o pagamento dos juros atrasados ou não terá novos créditos para financiar seu programa de desenvolvimento e não contará com participação significativa de bancos credores nos leilões de privatização de empresas estatais. Esse duro recado foi transmitido ontem pelo presidente mundial do Citicorp — holding do Citibank, maior credor privado do Brasil no exterior — John Reed, que revelou ainda que os bancos credores concordariam em negociar com o Brasil um novo acordo para o pagamento da dívida externa e dos juros atrasados, cerca de US\$ 5 bilhões, paralelamente às negociações que o Brasil manterá com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem uma equipe no País neste momento analisando o desempenho da economia brasileira.

Segundo John Reed a decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros da dívida externa trouxe mais prejuízos do que ganhos ao País, que perdeu cerca de US\$ 3 bilhões (Cr\$ 204,9 bilhões ao câmbio comercial) em linhas de crédito à exportação desde que deixou de pagar os juros atrasados. O chairman do Citibank está em visita de cinco dias ao Brasil para contatos com grandes clientes do banco e participar das comemorações dos 75 anos de atuação da instituição no País, falou ontem para 400 empresários durante almoço promovido em São Paulo pelas Câmaras Americanas de Comércio para o Brasil — São Paulo e Rio de Janeiro.

Prejuízo

O chairman do Citibank, que no segundo trimestre deste ano registrou uma perda de faturamento da ordem de 37% em relação a igual período do ano passado em função dos atrasos nos pagamentos dos juros das dívidas externas brasileira e argentina, enfatizou que algumas das posições anunciadas por membros do governo brasileiro como a de que os bancos só receberão juros atrasados se houver sobra de caixa são simplistas:

“Para negociar com os bancos credores, o Brasil não precisa definir uma única posição. Existem bancos com interesses diferenciados e o Brasil pode apresentar propostas diferenciadas. Mas o fundamental é que essas propostas sejam encaminhadas diretamente ao comitê de bancos credores e não através de negociações isoladas, que não resultarão em nada — disse



Para Reed, moratória trouxe mais prejuízos do que vantagens

Reed.

Segundo ele, há bancos, que representam entre 30% e 35% do total da dívida externa do País, que querem negociar seus títulos e sair do rol dos credores, mas há outros,

como o Citibank, que têm interesse em continuar investindo no Brasil e mantêm em operação uma linha de crédito a exportações no valor de US\$ 630 milhões (Cr\$ 43 bilhões).

Repercussão

Reed lembrou que a decisão do País de suspender o pagamento dos juros trouxe prejuízos adicionais como a diminuição nos prazos do financiamento à exportação de 180 para 30 a 60 dias e o encarecimento das taxas de juros, de menos de 1% para algo em torno de 1,5% a 2%. Segundo o chairman do Citibank, tanto o Brasil quanto a Argentina se encontrariam em uma situação intermediária a de países como México, Uruguai, Venezuela e Filipinas, que mantiveram seus pagamentos em dia e reúnem condições de participar do mundo desenvolvido e a de outras nações como Nicarágua, Peru e Nigéria, que, segundo Reed, o mercado financeiro internacional já “riscou do mapa”.

Segundo Reed, a definição, por parte do governo brasileiro, de regras para a conversão de parte da dívida em investimento poderia ser um ponto de partida para um acordo mais amplo. O principal executivo do Citibank enfatizou que o banco já é dono de 20% do capital da companhia telefônica da Argentina, a Entel, estatizada recentemente:

“Estamos preparados para a conversão de dívida em investimento. Basta o governo brasileiro definir as regras”, disse.

Percalços

Para o principal executivo do Citibank, o governo Collor tem um plano econômico complexo, que deve recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento. Segundo ele, com os principais problemas internos já equacionados, o governo brasileiro deve agora encarar os principais problemas externos que, em seu entender, são a dívida, a defasagem na taxa de câmbio e a abertura da economia:

“Na área da dívida, os US\$ 5 bilhões (Cr\$ 341,5 bilhões ao câmbio comercial) que deixaram de ser pagos implicaram na perda de US\$ 2 bilhões (Cr\$ 136,6 bilhões) em novos empréstimos — disse Reed, acrescentando que estima que a defasagem cambial encontre-se em patamar próximo a 25%.

O chairman do Citibank alertou que caso o Banco Central do Brasil venha forçando uma valorização irreal do cruzeiro frente ao dólar, pela venda de ouro e dólar no mercado financeiro, com o objetivo de mascarar a situação real da economia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) detectará o problema.